

## **Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santos**

Aos dois dias do mês de maio de dois mil e treze, com início às oito horas e quarenta minutos, na Casa de Participação Comunitária, localizada da Avenida Rei Alberto I, nº. 119, no Bairro da Ponta da Praia em Santos/SP realizou-se a quinta assembleia geral ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, biênio 2013/2014, com a presença dos conselheiros que subscreveram a lista anexa, tendo justificado suas ausências os Conselheiros Lucilene Martorelli Ortiz Petin Medeiros, Viviane Aparecida Figueiras Simone, Iracema Aguiar Menezes, Carlos Alberto Ferreira Mota, Adriana Soares Neves Braga e Célia Cristina Ferreira Lopes Machado. Iniciou-se a reunião com a seguinte pauta: 1. Apreciação e Deliberação das Atas das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinária de abril de 2013; 2. Indicação de representantes (titular e suplente) para compor a Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Programa Prefeito Amigo da Criança; 3. Informações sobre o Encontro Lúdico Municipal; 4. Apreciação e Deliberação do pedido de Registro do Instituto Brasileiro de Aprendizagem Profissional – IBRASA; 5. Apreciação e Deliberação da readequação do Projeto Arco-Íris II, referente ao Certificado de Captação de Recursos da Associação de Pais Pró Centro de Recuperação para Excepcionais – CEREX; 6. Apreciação e Deliberação da Minuta da Resolução Normativa que dispõe sobre a obrigação da Prefeitura Municipal de Santos, por meio da Secretaria Municipal de Educação garantir transporte escolar aos alunos matriculados nas unidades municipais de educação; 7. Apreciação e Deliberação da minuta que dispõe sobre a alteração da Resolução Normativa 149/2010 - CMDCA; 8. Discussão acerca da proposta de Resolução Normativa que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão programática do Estatuto da Criança e do Adolescente no Plano Político Pedagógico das escolas da rede de ensino de Santos; 9. Relatos da Diretoria Executiva; 10. Relatos das Câmaras Setoriais; 11. Relatos dos representantes do CMDCA nos Conselhos, Comissões e Programas; 12. Relatos dos Conselhos Tutelares; 13. Assuntos Gerais. As atas da Assembleia ordinária e extraordinária do mês de abril foram submetidas à apreciação do plenário, sendo aprovadas. Em seguida, e apreciando o item dois da pauta, a Conselheira Helenice Fontes Alves explicou que incumbe ao CMDCA a coordenação do Mapa Prefeito Amigo da Criança e que a fundação Abrinq avaliará as políticas públicas e acompanhará o orçamento criança e adolescente, procedendo, ainda, a uma capacitação. Afirmou ainda que um dos requisitos de concessão do selo Prefeito Amigo da Criança é a demonstração de trabalhos e investimentos em prol de crianças e adolescentes. A colaboradora Luci pede que haja divulgação no portal dos Conselhos para que haja transparência. Submedita à apreciação do Colegiado, foram eleitos os Conselheiros Edmir Santos Nascimento como titular e Fernando como suplente para comporem a Comissão Municipal de Acompanhamento e Avaliação do Programa Prefeito Amigo da Criança. Expondo sobre o próximo item da pauta, que trata do Encontro Lúdico, Adriana Jandelli solicitou que cinco Conselheiros se disponham a comparecer no Encontro para auxiliar como facilitadores e interlocutores, evento programado para o dia oito de maio deste ano. Os cinco Conselheiros escolhidos são Maria Cristina Dias Oliveira, Maria Fernanda Silva Cardoso, Viviane Costa Pinto, Luciano da Silva Oliveira e o

49 Presidente Ricardo de Oliveira Gomes. A Conselheira Valéria Gallotti Conceição  
50 explicou que a despesa com alimentação foi autorizada pela Prefeitura. Apreciando  
51 o próximo item da pauta, que trata do pedido de Registro do Instituto Brasileiro de  
52 Aprendizagem Profissional – IBRASA, Wilson Carlos Bregochi Júnior explicou que  
53 a documentação está em ordem e as câmaras opinaram pela aprovação do  
54 registro. Nayara, responsável pela parte institucional do instituto, explicou seu  
55 objetivo e funcionamento, afirmando que a ideia é atender com adolescentes,  
56 sendo as atividades teóricas realizadas na própria sede. A Colaboradora Luci pede  
57 que haja interação com o Centro de Referência Especializado da Assistência  
58 Social – CREAS a fim de que esse projeto atenda adolescentes de regiões de  
59 maior vulnerabilidade e que se assegurem vagas para pessoas com deficiência. A  
60 exigência atual é de que o jovem se encontre matriculado na rede regular de  
61 ensino. Submetido à apreciação, o pedido de registro foi aprovado. Tratando do  
62 item cinco da pauta, que se refere ao Projeto Arco-Íris, foi suscitado que a  
63 Resolução Normativa do Conanda veda esse tipo de projeto; mas como o projeto  
64 foi aprovado antes dessa Resolução, o colegiado aprovou a proposta. A  
65 Colaboradora Luci pede que um representante da Procuradoria do Município passe  
66 a integrar o CMDCA, o que pode ser feito na próxima reforma administrativa. Em  
67 discussão o item seis da pauta, que trata da Resolução Normativa do Transporte  
68 Escolar, a Colaboradora Luci acha importante que processo de elaboração seja  
69 democrático, passando por todas as câmaras setoriais, entendendo ainda que o  
70 Conselho Municipal de Educação deve particular dos processos que envolvam  
71 direta ou indiretamente a área da educação. O Conselheiro Fremar Pereira Hauck  
72 Gavio solicita que este Conselho oficie a Secretaria Municipal de Educação sobre  
73 a aprovação desse projeto para que possa se preparar antecipadamente, na  
74 medida em que a Resolução irá gerar despesas não previstas no orçamento. A  
75 Resolução foi aprovada. Apreciando a minuta que dispõe sobre a alteração da  
76 Resolução Normativa 149/2010, Adriana Jandelli sugere que a minuta passe por  
77 uma avaliação criteriosa das Câmaras Setoriais; A Conselheira Maria Cristina Dias  
78 Oliveira afirma que o objetivo dessa resolução é que todos os programas, inclusive  
79 os governamentais, estejam inscritos no CMDCA. A colaboradora Luci revela sua  
80 preocupação com o desconhecimento do SUAS – Sistema Único de Assistência  
81 Social por parte dos membros deste Conselho, que devem ser capacitados.  
82 Submetido à apreciação, foi deliberado pelo sobrestamento da apreciação a fim de  
83 que sejam encaminhadas propostas de alteração até o dia dez de maio próximo  
84 futuro. Em seguida, referente o item oito da pauta, iniciou-se a discussão acerca da  
85 proposta de Resolução Normativa que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão  
86 programática do Estatuto da Criança e do Adolescente no Plano Político  
87 Pedagógico das escolas da rede de ensino de Santos, sendo dada a palavra a  
88 Célio Nori que explicou a relevância da proposta. O Conselheiro Geonísio Pereira  
89 Aguiar considera importante a participação do Conselho Municipal de Educação e  
90 teme que uma imposição como essa corra o risco de não ser observada. A  
91 Colaboradora Luci cita o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e  
92 solicita a reedição do ECA Sem Dúvidas, cuja proposta poderá ser discutida na  
93 próxima assembleia. Professor Clóvis da Diretoria Regional de Ensino afirma que  
94 nas escolas estaduais existem os mediadores que passam essas orientações  
95 sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, trabalhando com crianças e  
96 adolescentes; Célio Nori entende que o conteúdo dessa Resolução deve ser objeto

97 de apreciação de outros Conselhos com a participação da Secretaria Municipal de  
98 Educação, Diretoria de Ensino e representantes das escolas particulares; o  
99 Colegiado deliberou por instituir uma comissão de elaboração da Resolução, que  
100 será integrada pelos Conselheiros Edmir Santos Nascimento, Antonio Ferreira de  
101 Mello Júnior, Lilian Rose de Barros, Donald Verônico Alves da Silva e os  
102 Colaboradores Célio Nori e Luci. Essa comissão irá se reunir e oficiar os demais  
103 atores. Sobre os relatos da Diretoria Executiva, o Presidente Ricardo informa que a  
104 casa dos conselhos já está à disposição para as reuniões da Corregedoria dos  
105 Conselhos Tutelares. Foi agendada reunião da Corregedoria para o dia sete de  
106 maio, às nove horas no Dearti. Para integrar a corregedoria foi eleita como titular a  
107 Conselheira Cristina Helena Ribeiro dos Santos e como suplente a Conselheira  
108 Helenice Fontes Alves, esta última em substituição a Ana Lúcia que se desligou  
109 deste Conselho. A Conselheira Cristina expos sobre o projeto proposto pela  
110 agenda pública para fortalecimentos dos Conselhos de Direitos e Tutelares.  
111 Afirmou que o projeto já recebeu o aval da Petrobras para ser desenvolvido em  
112 quatro municípios e que é necessária uma assembleia aprovando o projeto com a  
113 presença de todos os Conselheiros. O Conselheiro Edmir Santos Nascimento  
114 ratifica a importância de que todos os Conselheiros participem desse projeto; a  
115 Colaboradora Luci acha importante que se analise com profundidade, antes de  
116 aquiescer ao projeto. Foi deliberado pela realização de uma Assembleia  
117 Extraordinária no dia vinte e oito de maio que tratará exclusivamente sobre esse  
118 projeto da Petrobras. A conselheira Helenice Fontes Alves explica que a agenda  
119 pública é uma Oscip que se inscreveu na Petrobras e teve aprovado seu projeto de  
120 capacitação de Conselheiros Tutelares e de Direitos. Não houve relatos para os  
121 itens dez e onze da pauta, passando-se ao item doze, que trata dos relatos dos  
122 Conselhos Tutelares. A Conselheira Tutelar Ellen informou que irão encaminhar  
123 relatório sobre as dificuldades vivenciadas, conforme constou da assembleia  
124 anterior. Em assuntos Gerais, a Conselheira Viviane Costa Pinto informou que o  
125 Lar Veneranda realizará um almoço beneficente no dia vinte seis de maio  
126 fornecendo telefone aos que pretendem pedir convites. O Conselheiro Edmir  
127 Santos Nascimento afirmou que a Casa João Paulo II irá suspender as atividades  
128 educacionais a partir do dia três de maio em razão da falta de recursos. A  
129 Conselheira Valéria Gallotti expos sobre o IX Seminário de Enfrentamento à  
130 Violência Sexual de Crianças e Adolescentes que se realizará no próximo dia  
131 quinze de maio, das treze e trinta às dezessete horas, sendo importante a  
132 presença de todos. Adriana Jandelli lembra que no dia dez de maio haverá  
133 encontro sobre Justiça Restaurativa em Santos, às quatorze horas, sendo que o  
134 Conselheiro Mello Júnior realçou a importância da presença dos Conselheiros. Não  
135 havendo mais assuntos, o Presidente encerrou a Assembleia.

136

137 **RICARDO DE OLIVEIRA GOMES****ANTONIO FERREIRA DE MELLO JÚNIOR**138 **Presidente do CMDCA****1ª Secretário do CMDCA**